



Mapa da região exposto no museu do Xingó

Suassuna, o problema não é a falta d'água, porque há potencial hídrico suficiente, constatação consensual entre técnicos que se reuniram em agosto na capital pernambucana para debater o projeto de transposição. “O que falta é gerenciar os recursos e estabelecer critérios”, diz Suassuna. Segundo ele, dois estados que receberiam as águas do São Francisco (RN e CE) já possuem bacias hidrográficas que atendem a sua demanda atual. No Ceará localiza-se a maior represa nordestina, do Castanhão, com 6,7 bilhões de m³ de água; no Rio Grande do Norte está a segunda maior, a represa Armando Ribeiro Gonçalves, com volume de 2,4 bilhões de m³ de água. O pesquisador chama a atenção, ainda, para o custo da água previsto para o final da obra. Ele avalia que será um valor elevado para as atividades agrícolas nas bacias receptoras, se comparado ao valor praticado hoje em Petrolina (PE), nas terras irrigadas pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). A previsão

é de que a água custará R\$ 0,11 por m³, sem bombeamento, enquanto em Petrolina custa hoje R\$ 0,023 por m³, incluindo bombeamento até a propriedade. “Seria um valor proibitivo para irrigação”, conclui. Ao longo do leito do rio só 10% das terras férteis e agriculturáveis estão irrigadas pela Condevasf.

REVITALIZAÇÃO João Paulo de Aguiar, adjunto da presidência da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), responsável pela geração de 95% da energia do Nordeste, pondera que a prioridade é a revitalização do rio. “A Chesf não é dona da água. Ela a utiliza para gerar energia, sem consumi-la. Não temos nenhuma relação com a transposição. Mas a obrigação da empresa é discutir os seus desdobramentos. Nós defendemos de imediato a revitalização do São Francisco e temos interesse nisso, por isso vamos investir R\$ 6 milhões, em 2005, em projetos para diminuir a poluição e o desmatamento, além do controle de qualquer alteração do regime hídrico”, diz Aguiar. Ao longo da extensão do rio, são 504 municípios, dos quais 90% não têm tratamento de esgoto. As águas recebem, ainda, despejos industriais.

Adriana Menezes e André Gardini viajaram ao baixo e submédio São Francisco com apoio da TAM e da Chesf.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Falta investimento em pesquisa e preservação no Brasil

O Brasil possui 12.517 sítios arqueológicos – considerados bens patrimoniais da União, sob a proteção da Lei Federal 3.924, de 1961 – de acordo com o último levantamento feito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1998. Boa parte deles fica na região da Serra da Capivara, no Piauí, que tem a maior riqueza arqueológica da América Latina e uma das maiores concentrações de pinturas rupestres do mundo. Apesar do valor científico, do potencial turístico e da sua importância para a memória da história da humanidade, falta estrutura e investimentos em pesquisas para a preservação desses sítios, que a maioria dos brasileiros sequer sabe que existem. A preservação dos sítios arqueológicos brasileiros cabe ao Iphan, órgão que integra o Ministério da Cultura. Porém, para a arqueóloga Tânia Andrade Lima, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), devido à falta de recursos federais, os poderes municipais e estaduais são



Fotos: Arquivo Fundação Museu do Homem Americano

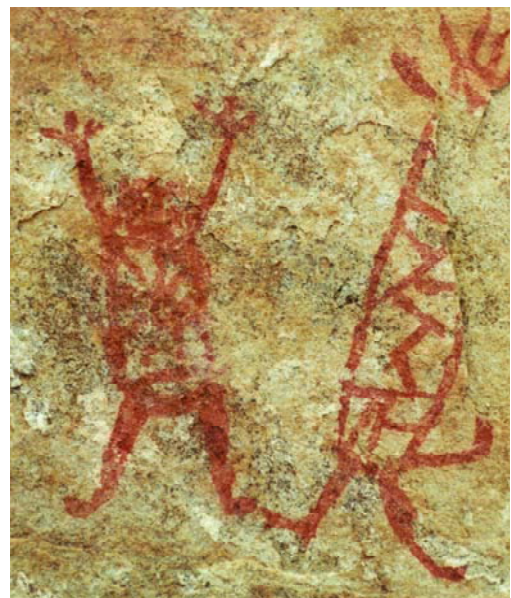
Na região de São Raimundo Nonato está um dos seis sítios tombados no país

importantes parceiros na manutenção dos sítios. Faltam recursos, mas, a pior ameaça é, ainda, a falta de reconhecimento da importância desse patrimônio arqueológico nacional. “O maior aliado na preservação de nosso patrimônio arqueológico deveria ser o cidadão, zelando pelo passado do seu país”, considera Tânia Lima. A arqueóloga Niède Guidon, presidente da Fundação Museu do Homem Americano (FUNHAM), responsável pela administração do Parque Nacional da Serra da Capivara, exemplifica essa falta de conscientização: “na Serra da Capivara, já encontramos pichações em inscrições rupestres que são muitas vezes irreversíveis”. A região onde Niède trabalha

concentra mais de 400 sítios arqueológicos e enfrenta atualmente uma de suas piores crises financeiras desde que a criação do parque, em 1979. “Temos dificuldade para manter a sua infra-estrutura básica e o pagamento dos 50 funcionários responsáveis pelos quase 130 mil hectares”, conta a arqueóloga. É nessa região que fica o sítio de São Raimundo Nonato, considerado patrimônio da humanidade pela Unesco desde 1991 e um dos seis sítios brasileiros tombados. Nesse sítio foram encontradas as mais antigas pinturas rupestres do mundo, datadas em cerca de 40 mil anos. Atualmente, o parque é mantido com recursos do Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente (Ibama), considerados insuficientes pela arqueóloga.

PATRIMÔNIO NACIONAL Os sítios arqueológicos brasileiros têm contribuído para a construção da história do povoamento do continente americano, inclusive com dados que contrapõem teorias aceitas internacionalmente. Recentemente, em uma descoberta realizada no sítio arqueológico do Boqueirão da Pedra Furada, no Parque da Serra da Capivara, a arqueóloga Niède Guidon anunciou ter encontrado vestígios do *Homo sapiens sapiens* que datam de até 50 mil anos. A descoberta levantou uma polêmica entre pesquisadores de todo o mundo, pois coloca em



Pinturas rupestres



Fotos: Acervo Fundação Museu do Homem Americano

FALTAM ARQUEÓLOGOS NO BRASIL

A arqueologia começou a se firmar no Brasil depois da Segunda Guerra Mundial, mas foi somente nas décadas de 1960 e 1970 que a área foi se firmando, com a formação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), que durou cinco anos. “Nessa época os arqueólogos brasileiros tinham formação no exterior, já que não havia cursos na área no Brasil”, afirma Eduardo Góes Neves, da Universidade de São Paulo (USP).

O Brasil conta hoje com três pós-graduações em arqueologia, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, e nenhum curso de graduação. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) está planejando implantar sua pós-graduação na área. De acordo com a arqueóloga Niède Guidon, a Universidade do Vale do São Francisco pretende abrir a graduação em arqueologia, o que seria uma forma de incentivar as pesquisas na região.

Apesar de pouco disseminado e de ainda não ter a profissão regulamentada no Brasil, o mercado de trabalho para o arqueólogo é amplo. Ele pode dar aulas, trabalhar em pesquisas acadêmicas, em museus, em órgãos estatais ou em empresas - trabalho conhecido como arqueologia de contrato, que ocupa 95% desses profissionais no país. “Faltam profissionais no mercado, estamos sobrecarregados”, afirma o pesquisador da área Pedro Paulo Funari, da Unicamp, que, em 2000, calculou em 300 os arqueólogos atuantes no país.



amazônica, da chamada Terra Preta Arqueológica (TPA), atividade coordenada por Eduardo Góes Neves, da Universidade de São Paulo (USP). No ano passado, em Manaus, uma obra de reurbanização na praça D. Pedro II, no centro histórico da cidade, foi suspensa devido à descoberta de um conjunto de urnas funerárias. Também na região amazônica, desta vez no Pará, foram descobertas inscrições rupestres de cerca de onze mil anos, no município de Monte Alegre.

O número de sítios arqueológicos vem aumentando velozmente nos últimos anos, sobretudo em decorrência de intervenções preventivas em obras que produzem impacto ambiental. “O levantamento dos sítios existentes é obrigatório para a obtenção do licenciamento ambiental, o que contribui fortemente para a descoberta de novos sítios em regiões antes não privilegiadas pela pesquisa acadêmica”, afirma Tânia Lima. Acredita-se que o número de sítios descobertos no país já ultrapasse 20 mil. O Iphan, responsável pelo registro dos sítios, possui apenas cinco arqueólogos para atender a todo o país (ver box).

xeque a teoria arqueológica, aceita por mais de meio século, de que o homem chegou ao continente americano há cerca de 15 mil anos, vindo da Ásia.

Outro achado em sítios arqueológicos do país também polemizou a teoria sobre a evolução do homem e a ocupação

nas Américas: o fóssil humano de cerca de onze mil anos conhecido como Luzia, encontrado em 1975, na região de Lapa Vermelha, no município de Lagoa Santa, a cerca de 40 quilômetros da capital de Minas Gerais.

Recentemente, o destaque foram as descobertas na região

Sabine Righetti